Os povos bárbaros

MAX BOTELHO
Graduado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

Resumo: O presente artigo busca desmistificar o termo "bárbaro", frequentemente associado como sendo alguém inculto, sem civilização, selvagem, cruel, desumano e sanguinário e, ao mesmo tempo, estabelecer uma comparação com a civilização romana que impôs ao mundo ocidental a sua religião, a sua disciplina militar, a sua estrutura jurídica, enfim, a sua cultura.
Palavras-chave: barbárie; civilização; cultura romana

Abstract: The present article tries to demystify the term "barbarous", frequently associated with someone uncultured, without civilization, savage, cruel, inhuman and sanguinary, and at the same time, to establish a comparison with the Roman civilization that imposed to the Western world a model of religion, its military discipline, its juridical structure, and finally, its culture.
Keywords: barbarity; civilization; Roman culture

1. Os povos bárbaros

Os romanos chamavam de bárbaros a todos os povos não romanizados, tendo herdado esse olhar etnocêntrico dos gregos, que por sua vez consideravam bárbaros todos os povos não helenizados, inclusive os romanos, conforme nos mostra Montaigne, ao relatar a impressão de Pirro, rei da região grega de Épiro, ao entrar na Itália e se deparar com a formação de combate do exército romano: "Não sei que espécie de bárbaros são estes, mas a formação de combate, que os vejo realizar, nada tem de bárbaro" (MONTAIGNE, 1972, p. 104).

Percebe-se, portanto, que a cultura greco-romana era o referencial, o ideal de civilização para toda a humanidade. Como a nossa cultura foi fortemente influenciada pela antiguidade clássica, o termo bárbaro chegou até nós com o significado de alguém que seja inculto, sem civilização, selvagem, cruel, desumano e sanguinário.

Essa definição, referindo-se unicamente aos povos não romanizados, não se sustenta frente aos fatos históricos: muito pelo contrário, os romanos eram prolíferos em matéria de crueldade. Guerreiros implacáveis, não tinham clemência para com seus inimigos, trucidados com frequência, violentados, jogados às feras nas arenas, escravizados ou crucificados.

São lendárias as atrocidades cometidas por Júlio César durante suas campanhas militares. Em uma delas, contra os helvécios, César enfrenta um contingente de 368 mil

© Centro Universitário de Patos de Minas 2012

pessoas, entre guerreiros, mulheres, crianças e velhos. Destes, apenas 110 mil são poupados, os demais, em torno de 258 mil, são trucidados ou transformados em escravos. Em outra ocasião, manda cortar as mãos dos guerreiros inimigos sobreviventes e os manda de volta às suas terras (MOMMSEN, 1962, p. 251).

Salviano, monge da ilha de Lérins, escreve por volta de 440 um tratado que faz uma comparação entre as culturas romana e bárbara, com um resultado amplamente favorável aos povos bárbaros:

> O povo saxão é cruel, os Francos são pérfidos, os Gépidas desumanos, os Hunos impudicos. Mas seus vícios são tão carregados de culpa quanto os nossos? A impudicícia dos Hunos será tão criminosa quanto a nossa? Um Alamano bêbado é tão digno de repreensão quanto um romano bêbado? [...] (Salviano *apud* GOFF, 2005, p. 24).

Não podemos esquecer, num entanto, que tais procedimentos eram usuais naquele período, quando a diplomacia era incipiente e as questões eram resolvidas de forma militarizada. Se o seu oponente possuía algo que você desejava ou precisava, você se apoderava daquilo, pura e simplesmente, se tivesse força para isso, é claro. Os povos da Antiguidade viviam da guerra e para a guerra, não havia outra forma de convivência. Quando não faziam guerra contra inimigos externos, praticavam-na internamente.

Certa ocasião, em Mileto, cidade grega situada na Ásia Menor, houve uma guerra entre ricos e pobres. Depois de expulsarem os ricos da cidade, os pobres capturaram seus filhos trancando-os em currais, deixando em seguida que os mesmos fossem pisoteados pelos bois. Os ricos, por sua vez, ao retomarem a cidade, revidaram queimando os filhos dos pobres ainda vivos (COULANGES, 1961, p. 210).

Noutra vez, Agesilau, rei de Esparta, em tempos de paz firmada, mandou seu exército invadir a cidade de Tebas. Ao ser questionado com relação à justiça do seu ato, responde da seguinte forma: "Examinai apenas se ela é útil porque desde que uma ação é útil à pátria, é belo praticá-la". Cleômenes, outro rei espartano, dizia que todo mal podia ser feito ao inimigo, pois era sempre justo aos olhos dos deuses e dos homens (*Op. cit.*, 1961, p. 126).

1.1. As tribos bárbaras

O processo de formação das tribos estava intimamente ligado à atividade bélica, a mais comum das atividades daquela época. Quanto mais valente e vitorioso fosse um guerreiro, mais guerreiros e famílias ele conseguia aglutinar em torno de si, formando os clãs e, finalmente, as tribos que usualmente tinham seus nomes relacionados a alguma característica da região de origem ou dos povos que a constituíam.

Assim, centenas e centenas de tribos se formaram ao longo dos séculos, sendo que muitas desapareceram sem deixar nenhum vestígio, suprimidas que foram pelas inúmeras guerras de extermínio.

Os bárbaros dividiam-se em quatro grandes grupos: os *eslavos*, formados por

russos, poloneses, croatas, bósnios, sérvios, tchecos, entre outros; os *tártaro-mongóis*, formados por hunos, alanos, ávaros, turcos e, finalmente, os *gauleses* e os *germânicos*, os mais expressivos sob o ponto de vista da formação da cultura ocidental.

Grande parte do que se conhece das civilizações bárbaras baseia-se nas descrições feitas por Júlio César e por Tácito e Amiano Marcelino, dois historiadores romanos, tendo este último nascido sob o governo de Constantino, primeiro imperador romano a se converter ao cristianismo.

1.1.1. Os gauleses

Segundo Plutarco, historiador grego, o povo gaulês era constituído de centenas de tribos, entre elas os ceromanos, caletos, parísios[1], tricasses, cadurcos, arvernos, remos, eburões, nérvios, helvécios e tréveros, que habitavam a região denominada Gália, correspondendo aproximadamente às atuais França, Bélgica, Holanda, e norte da Itália.

1.1.2. Os germânicos

São considerados germânicos todos os povos que habitavam a leste do rio Reno e norte do Danúbio, região além do *limes* (fronteira romana fortificada), fora da influência romana e, portanto, bárbara. Não há consenso, entre os pesquisadores, sobre a origem dos povos germânicos: alguns consideram que seriam povos indo-europeus vindos da Rússia Oriental, outros que seriam povos nórdicos oriundos da Escandinávia e região do Báltico e, por fim, que seriam civilizações autóctones (nativas).

Polêmicas à parte, desde a Antiguidade, a Europa era habitada por inúmeros povos germânicos, dentre eles os visigodos, ostrogodos, suevos, vândalos, burgúndios, francos, lombardos, hérulos, anglos, saxões, jutos, cimbros, teutões, frisões, queruscos, rugios, marcomanos, quados.

1.2. A sociedade bárbara

Os bárbaros não vivenciaram a noção de Estado e de cidade como o povo romano. Moravam em pequenas aldeias, com casas construídas longe umas das outras, de forma a se prevenirem contra incêndios. As construções, bastante toscas, eram feitas com os materiais disponíveis na região em que se encontravam, podendo ser madeira ou pedra. Cobriam-nas com palha ou pele animal e passavam barro nas paredes como forma de proteção contra o vento ou chuva.

Abriam também subterrâneos, cobertos com grossa camada de estrume, utilizados como refúgio no inverno e como depósito de cereais. Quando percebiam a aproximação de algum inimigo, destruíam os campos e pastagens de forma a não proporcionar meios de subsistência ao invasor, refugiando-se em seguida nesses subterrâneos.

As vestimentas eram igualmente rudes, sem qualquer refinamento. Confeccionadas com peles de animais, unidas em forma de saiote, eram presas ao corpo por uma

[1] Origem do nome de Paris.

fivela ou na falta desta por um espinho. As mulheres podiam também usar mantos de linho que deixavam à mostra os braços e os seios.

O primeiro núcleo social era a família, depois vinham os clãs, formados pela união de várias famílias ligadas pelo parentesco e, por fim as tribos, compostas pela junção de vários clãs, uma divisão análoga às sociedades da antiguidade clássica.

A valentia e a vingança eram valores bastante difundidos e cultivados entre os bárbaros, acarretando constantes brigas entre famílias, clãs ou mesmo entre tribos. Uma ofensa ou agressão cometida contra um membro de uma família atingia todos os outros e exigia uma vingança coletiva que só podia ser evitada por meio do pagamento de uma indenização chamada de *Wergeld*.

As leis eram consuetudinárias, ditadas pelos usos e costumes, não havendo normas jurídicas escritas. As penas eram aplicadas conforme a natureza do delito: os traidores e desertores eram enforcados em árvores; os indignos e covardes afogados em pântanos sob uma grade; os assassinos reparavam seu crime mediante pagamento de indenização aos familiares da vítima.

É curioso observar que o crime de assassinato era considerado mais brando do que a deserção ou a covardia, o que demonstra a natureza predominantemente guerreira daquela sociedade, aliás, o fato de se matar um homem era tratado como ritual de passagem da adolescência para o mundo adulto, portanto, sinal de bravura.

As diferentes tribos gozavam de independência administrativa, cada uma com o seu chefe, que não estava subordinado aos chefes de outras tribos, a não ser em tempos de guerra, quando um chefe era nomeado para comandar todas as tribos. Exemplo disso foi Vercingetórix, chefe gaulês que comandou todas as tribos, por volta de 53-52 a.C., na luta contra Júlio César, que na ocasião havia invadido a Gália. Derrotado na batalha de Alésia foi aprisionado, exibido como troféu de guerra pelas ruas de Roma, encarcerado por seis anos até a celebração do triunfo de César, no dia 26 de setembro de 46, sendo depois degolado.

1.2.1. A figura masculina

O homem era a figura central na civilização bárbara. O pai detinha o poder absoluto no seio familiar, inclusive como autoridade religiosa, e a mulher era punida com pena de morte por eventual infidelidade. Os filhos permaneciam na guarda dos pais até que completassem 10 ou 15 anos, quando então passavam a integrar a corte do chefe onde eram treinados para a guerra. Já as filhas permaneciam sob a tutela dos pais até se casarem, daí passavam a pertencer e a dever obediência aos seus respectivos maridos, que por sua vez as compravam de seus pais em troca de animais ou armas.

Os povos germânicos tinham uma estrutura social bastante similar à dos romanos e à dos gregos, mudando apenas a termologia: no topo da pirâmide social ficavam os homens livres, que tinham o direito de portar armas e de votar nas assembleias dos guerreiros, convocadas para eleição de um novo chefe, julgar crimes de traição, deliberar sobre libertação de prisioneiros e expulsão de membros da tribo ou para declarar guerra a algum inimigo.

No meio situavam-se os semilivres, que eram escravos resgatados, algo semelhante aos nossos escravos alforriados. Não tinham direito de portar armas ou de se

manifestar nas assembleias dos guerreiros.

Por último vinham os escravos, que não tinham nenhum direito a não ser o de servir ao seu dono. A exemplo da Grécia e de Roma, nas civilizações bárbaras o indivíduo se tornava escravo por motivo de insolvência, por ser prisioneiro de guerra ou por ser filho de escravo. Tratado como animal, o escravo podia ser trocado, vendido ou mesmo morto pelo seu amo, sem que nenhuma punição lhe fosse imposta.

1.2.2. Assembleias tribais

As assembleias dos guerreiros, instituição mais importante de cada tribo, só eram realizadas nas noites de lua nova ou cheia, consideradas auspiciosas, junto a um terreno descampado consagrado ao deus da guerra. Após os debates dos assuntos previamente fixados, os homens livres manifestavam sua aprovação, batendo com as lanças nos escudos ou proferindo ruidosas vaias em caso de desaprovação. Com relação a esse ritual, Tácito, historiador romano, escreve em 98 d.C. que "é a forma mais honrada de assentimento, de louvar com as armas" (TÁCITO, 2001, p. 15).

1.2.3. Religião

Os bárbaros, a exemplo dos romanos, eram politeístas e se valiam do panteão nórdico que continha várias divindades e deuses semelhantes aos da cultura greco-romana. Praticavam o sacrifício de animais e de humanos, normalmente prisioneiros de guerra, na iminência de algum conflito ou sempre que ocorria ou se avizinhava alguma catástrofe natural, doenças ou pestes. Sacrificavam também aqueles que cometiam furtos, roubos ou algum outro delito, mas na falta destes, podiam sacrificar algum inocente, se lhes ocorresse com isso aplacar a fúria dos deuses. Tais rituais foram assim descritos por Júlio César quando de suas campanhas pela Gália:

> Têm imagens de descomunal grandeza, cujos membros tecidos com vime enchem de homens vivos, e aos quais lançado fogo, expiram abrasados pelas chamas. Reputam mais agradável à divindade os sacrifícios dos que são surpreendidos em furto, roubo, ou algum delito, mas, na falta destes, descem também aos sacrifícios dos inocentes (CÉSAR, 2001, pp. 6-16).

O panteão nórdico contava com deuses e divindades que se assemelhavam aos da mitologia greco-romana: Odin, deus da criação e dos mortos, possuía uma lança capaz de emanar raios certeiros quando desejava punir algum mortal, e um cavalo de oito patas, Sleipnir, mais veloz do que todos os outros. Thor, filho mais velho de Odin, era o deus do trovão e tinha como símbolo um martelo dotado de poderes mágicos. Frey era o deus da fecundidade e da fertilidade, Freya, sua irmã, deusa do amor. Loki, deus do fogo, era traiçoeiro e simbolizava a maldade. Além dos deuses e divindades, acreditavam também em seres místicos como gnomos, duendes, fadas, gigantes, elfos.

1.2.4. O sacerdote

Nem todos os povos bárbaros contavam com a figura do sacerdote. Nessas circunstâncias, os rituais religiosos eram conduzidos pelos chefes tribais ou pelo próprio chefe da família. Entre os gauleses, germanos[2] e bretões existiam os druidas, que acumulavam as funções de sacerdotes, sábios, médicos e juízes. Mestres da moralidade e da religião, os druidas adotavam e ensinavam valiosas e nobres normas de conduta aos mais jovens. Os templos cobertos não existiam, e os rituais eram realizados em florestas, fontes, montes, em construções constituídas apenas de grandes pedras dispostas em forma de círculo ou em árvores consideradas sagradas. Um desses círculos sagrados sobrevive até hoje em Stonehenge, planície de Salisbury, Inglaterra.

Os druidas realizavam dois festivais por ano, nos meses de maio e novembro, quando, para apreciação e julgamento, lhes eram apresentados todos os crimes praticados desde o festival anterior. César assim descreveu as atividades druídicas quando de sua passagem pela Gália:

> Os druidas entendem das coisas sagradas, curam dos sacrifícios públicos e particulares, e explicam as doutrinas e cerimônias da religião: a eles acode grande número de adolescentes com o fim de instruir-se, e esses são tidos em muita estimação. [...] os druidas decidem de quase todas as contendas públicas e particulares; e, se se comete crime, ou perpetra morte, se se disputa sobre herança, ou limites, julgam e estabelecem recompensas e castigos. [...] (CÉSAR, 2001, 6-13).

O grande poder dos druidas conflitava com os interesses expansionistas romanos, uma vez que aqueles sacerdotes normalmente promoviam ações de resistência contra os invasores. Foram, por isso, severamente perseguidos por Júlio César; por Augusto, que proibiu a religião dos druidas entre os cidadãos romanos; por Cláudio, que proibiu completamente a sua prática mesmo entre os bárbaros, e por Nero, que os perseguiu na ilha inglesa de Man, queimando vivos alguns deles, conforme nos revela Tácito:

> Estavam na praia em forma os inimigos, numerosos e bem armados, e entre eles se agitavam as mulheres, vestidas de negro, com os cabelos desgrenhados, brandindo, como Fúrias[3], fachos incendiários. Ao redor, os druidas, com as mãos alçadas ao céu, bradavam imprecações [...] apavoravam os nossos soldados. Exortando-os então o general e eles mesmos mutuamente a não temerem aquele bando de mulheres e visionários, empunham os estandartes, avançam, prostram os que encontram de frente e os envolvem em seus próprios fogos (TÁCITO, 1964, p. 30).

Essa sistemática perseguição obrigou os druidas a se refugiarem na ilha inglesa

---

[2] Júlio César não reconhecia a existência de druidas entre os germanos.

[3] Entidades que puniam os mortais e personificavam a vingança.

de Iona, onde mantiveram sua ascendência espiritual até que os nativos fossem cristianizados pelo missionário Columbano que, por volta de 563, em companhia de doze discípulos, chegou à ilha e estabeleceu um mosteiro para criar edições de livros sagrados (BÁEZ, 2006, p. 124).

Após a sua morte seus seguidores afastam-se das regras estabelecidos pela Igreja Romana e, em consequência, são considerados heréticos. Perseguidos pela Igreja por séculos, suas comunidades foram finalmente extintas e seus membros dispersados no decorrer do século XIII.

1.2.5. Sistema agrário

O espírito comunitário e cooperativista era mais desenvolvido entre os bárbaros do que entre os romanos. Aqueles desconheciam a propriedade privada, com exceção dos rebanhos. As terras eram distribuídas pelos chefes aos membros da tribo de forma que não houvesse concentração agrária. A riqueza era medida pelo número de semoventes, podendo ser bovinos ou ovinos. O boi era a unidade monetária entre eles: duas vacas podiam, por exemplo, valer uma mulher, um boi valer dois escravos, um bezerro valer dois sacos de trigo, e por aí em diante. Estas comparações são evidentemente hipotéticas, visto que o preço das coisas variava em função da necessidade de cada aldeia ou tribo.

As terras eram utilizadas de forma coletiva, tanto para o cultivo quanto para o pastoreio, e a rotatividade de cultura era praticada de forma semelhante à de nossos dias, com a diferença de que todo ano deixavam parte das terras sem utilização, o chamado *pousio*. A utilização coletiva da terra tinha a sua razão de ser: não priorizar a atividade agrícola em detrimento da guerreira; não permitir a acumulação de riqueza do mais forte à custa do mais fraco; não se ocupar de construções próprias que demandam proteção com grande prejuízo para as migrações e incursões; não fazer nascer o gosto pelo dinheiro; manter o princípio de equidade de forma que cada um se iguala em riqueza ao mais poderoso (CÉSAR, 2001, pp. 6-22).

Os instrumentos agrícolas eram rudimentares, usualmente de madeira, em função de o ferro ser à época um metal muito valioso. No Antigo Egito, apenas para contextualizar, as ferramentas de ferro, de tão valiosas, eram pesadas antes de serem entregues aos camponeses e novamente pesadas ao fim da jornada para que o senhor se certificasse de não haver sido subtraído nenhum pedaço do utensílio.

As técnicas agrícolas eram tão rudimentares quanto os instrumentos utilizados e não permitiam a obtenção de fartas colheitas. Praticavam uma agricultura de estação em vez da agricultura irrigada largamente utilizada no Egito e no Levante (região aproximada de Israel, Palestina, Síria, Líbano e Jordânia).

A base do sustento era o plantio de cereais (trigo, cevada, aveia, centeio, milho). As leguminosas (favas, ervilhas, lentilhas) só foram introduzidas a partir do século X. A produtividade era muito baixa: o trigo dava três vezes a semente, a cevada cinco, e o centeio, dois em média. Complementavam sua dieta com a criação de gado, caça e pesca.

1.3. Os guerreiros germânicos

Os bárbaros eram mais guerreiros do que agricultores, sendo suas armas utilizadas tanto para a guerra quanto para serviços no campo. Extremamente ferozes, os germânicos viam na guerra a razão da sua existência. Fredegário, cronista do século VII, relata da seguinte forma o conselho de uma mãe ao seu filho, rei bárbaro:

> Se queres realizar um grande feito e ganhar nome destrói tudo o que os outros construíram e massacra todo o povo que venceres, pois não és capaz de construir um edifício superior aos que foram construídos por teus predecessores e não há mais bela façanha com que possas engrandecer teu nome (Fredegário, apud LE GOFF, 2005, p. 28).

Antes mesmo da existência do Islã, que surgiria vários séculos depois defendendo a ida aos céus para aqueles que morressem em defesa das leis preconizadas pelo Alcorão, os povos nórdicos já defendiam a ideia de que aqueles que morressem valentemente em combate iriam diretamente para o Valhala, palácio onde Odin se divertia com os escolhidos.

Aqueles que tivessem morrido pacificamente, sem bravura, caíam em desonra e não podiam participar do banquete oferecido por Odin. No banquete era servida carne de javali, que chegava fartamente para todos, e hidromel, bebida alcoólica fermentada à base de mel e água, considerada a bebida dos deuses. Quando não estavam nos banquetes, os heróis se divertiam lutando até se fazerem em pedaços uns aos outros. Chegando a hora da refeição, eles se restabeleciam dos ferimentos e voltavam ao festim no Valhala (BULFINCH, 2001, p. 382). Essa concepção de paraíso demonstra de forma inequívoca o apreço dos bárbaros pelas atividades bélicas.

Além da bravura, outra das principais características do guerreiro bárbaro era a absoluta fidelidade ao seu chefe, não havendo desonra maior para o guerreiro do que sobreviver a ele num campo de batalha. O principal juramento do guerreiro consistia na proteção e garantia de sobrevivência do seu comandante. "Os chefes lutam pela vitória, os companheiros pelo chefe" (TÁCITO, 2001, p. 17). Essa particularidade, extremamente valiosa num ambiente marcado pelas sublevações, conspirações e traições, foi muito bem explorada pelos romanos que frequentemente se valiam de guerreiros germânicos na formação da guarda pessoal dos imperadores.

Os bárbaros possuíam uma cavalaria bastante eficiente. Cada cavaleiro contava com a proteção de um infante para o caso de uma queda durante os combates. Sendo necessário avançar ou retroceder em velocidade, a manobra era efetuada com os infantes agarrados às crinas dos animais.

Os gauleses e germânicos eram mais altos e corpulentos do que os romanos e uma de suas tribos, a dos suevos, foi descrita pelo Júlio César como sendo formada por homens de grande força, de corpulência descomunal e que se vestiam apenas com peles curtas que lhes deixavam à mostra grande parte do corpo, apesar de viverem em regiões extremamente frias (CÉSAR, 2001, p. 4).

2. Conclusão

As armas germânicas de uso individual eram superiores em função de sua apurada técnica na ourivesaria e metalurgia. Os germanos utilizavam principalmente lanças, machados, maças e espadas que eram mais longas do que os gládios usados em Roma, o que aumentava o seu raio de ação.

Suas maças eram capazes de perfurar as resistentes armaduras e capacetes romanos. Por outro lado, não possuíam as poderosas armas de uso coletivo e com grande poder de destruição como os aríetes, catapultas, torres móveis, entre outras, nem contavam com a disciplina e a organização características daquele exército.

Uma das táticas usadas pelos romanos consistia na disposição das tropas em blocos chamados de *testudem* (tartaruga). Essa formação protegia tanto os lados da figura quanto o espaço sobre as cabeças dos soldados, permitindo que a tropa se deslocasse sem ser molestada pelos dardos dos inimigos. Uma segunda fileira de legionários podia subir sobre os escudos e chegar à altura dos muros que protegiam os amotinados. Essa tática exigia que os soldados da última fileira se ajoelhassem, os da fileira seguinte se postassem um pouco mais alto e assim, sucessivamente, formando uma inclinação que viabilizava a realização da manobra.

Outra tática bastante eficiente dos romanos consistia em colocar o exército em fileiras diferentes em número de soldados, de forma que a primeira fileira ficava com o menor número, a próxima um pouco maior, a seguinte maior ainda, e assim aumentando até a última, formando a figura de uma cunha.

A exigência de uma férrea disciplina começava a partir do ingresso do soldado às fileiras do exército, ocasião em que se jurava jamais desertar de seu estandarte, obedecer incondicionalmente às ordens de seu chefe e sacrificar a própria vida na defesa do Imperador e do Império. A desobediência ou covardia eram severamente punidas, sendo permitido ao centurião (oficial que comandava 100 legionários) punir com o espancamento e, ao general, com a pena de morte.

O legionário recebia adestramento militar constante de manhã e à tarde com armas que tinham o dobro do peso daquelas utilizadas nos combates reais. Para conferir maior vigor ao corpo era obrigado a marchar, correr, saltar, nadar, carregar pesos e manejar todos os tipos de armas, sejam elas de defesa ou de ataque.

A organização, a disciplina e as táticas militares adotadas pelos romanos determinaram a sua supremacia bélica durante séculos, permitindo o domínio de grande parte do mundo então conhecido. Todo esse poderio, associado à sua ferrenha disciplina, não foi capaz de, após inúmeras tentativas, conter, em 476 d.C., uma onda de bárbaros comandada por Odoacro, rei dos hérulos, que invadiu e saqueou Roma, depondo Rômulo Augusto, o seu último imperador.

O amálgama resultante da fusão entre romanos e tribos germânicas e gaulesas fez da sociedade ocidental o que somos hoje, para o bem e para o mal.

Referências

BÁEZ, Fernando. *História Universal da Destruição dos Livros.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BULFINCH, Thomas**.** *O Livro de Ouro da Mitologia*. 20 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CÉSAR, C. Júlio. *De Bello Gallico.* São Paulo: Cultura, 1941.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Edameris, 1961.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval.* Bauru: EDUSC, 2005.

GOODY, Jack. *O Roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

MICELI, Paulo. *O Feudalismo*. São Paulo: Atual, 1992.

MOMMSEN, Theodor. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*. São Paulo: Abril, 1972.

TÁCITO, Públio Cornélio. *Germânia.* São Paulo: Brasil Editora, 1952.